


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1011438-69.2014.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Plano de Classificação de Cargos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 24/03/2015 09:28:47 faço estes autos conclusos ao  
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
subscrevi.

**RELATÓRIO**

RITA DE CASSIA DUARTE propõe ação de cobrança contra 'Fazenda do Estado de São Paulo aduzindo que teve seu direito à evolução funcional reconhecido em mandado de segurança e por isso deve receber os valores anteriores à data de 30 de setembro/2011, quando iniciado o cumprimento da determinação judicial, observando-se a prescrição quinquenal. Juntou documentos (fls. 11/46).

Citada, a ré, refutou todos os argumentos (fls. 66/75).

**FUNDAMENTAÇÃO**

O feito comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil, vez que não há necessidade da colheita de provas em audiência e por se tratar de matéria exclusivamente de direito.

O pedido merece prosperar.

Ressalte-se, de início, a inoccorrência de inépcia da inicial, pois a autora apontou o período reivindicado e simples cálculo aritmético poderá indicar o cômputo do valor, na execução.

No mais, é o caso de se reconhecer a ocorrência da prescrição em relação às parcelas não pagas, que superarem o período quinquenal que antecedeu a ação mandamental.

Nesse sentido é o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA. 1. A jurisprudência dessa Corte firmou-se no sentido de que a impetração do mandado de segurança interrompe a fluência do prazo prescricional para o ajuizamento da ação de cobrança que visa o pagamento das parcelas referentes ao quinquênio que antecedeu a propositura do writ. Precedentes: AgRg no REsp 1.161.472/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 29/11/2010; AgRg no Ag 1.248.177/MG, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 12/4/2010; AgRg no Ag 1.258.457/PA, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 17/11/2011. 2. No caso concreto, a decisão proferida no mandado de segurança transitou em julgado em 27 de abril de 2004 e a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

ordinária de cobrança foi proposta em 16 de novembro de 2004, antes, portanto, de decorridos cinco anos do julgamento do *mandamus*, razão pela qual não há falar em prescrição. 3. Agravo regimental não provido.” (AREsp 250182/CE Primeira Turma Julgadora Rel. Min. Benedito Gonçalves j. 27.03.2014).

Acresce-se que ação foi proposta em 03/12/2014, antes de decorridos cinco anos do julgamento do *mandamus*, cujo julgamento do v. Acórdão ocorreu em 15/10/2012, não havendo que se falar em prescrição do fundo do direito.

Objetiva a parte autora, por meio desta ação, o pagamento dos valores atrasados no quinquênio que antecedeu a propositura do *writ*.

O v. Acórdão prolatado no mandado de segurança impetrado por ela reconheceu seu direito à evolução funcional, mas limitou o pagamento às parcelas vencidas após o ajuizamento daquela ação.

Assim, faz jus a autora ao pagamento dos atrasados não abrangidos pela ação mandamental.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto julgo procedente a ação e **condeno** a ré a pagar as diferenças devidas em razão da evolução funcional, desde 05 anos antes da data da propositura da ação mandamental em 14/12/2010, com atualização monetária incidindo em cada parcela, desde o respectivo vencimento, pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo para os débitos da Fazenda Pública – Modulada, e juros moratórios pelos mesmos juros aplicados à caderneta de poupança, desde a citação.

Para a execução do débito, reconheço a sua natureza alimentar, pois parte de vencimentos.

Condeno a ré nas verbas de sucumbência e honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação.

PRIC.

São Carlos, 18 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**